



A emergência das políticas de população na contemporaneidade

Maria Luís Rocha Pinto

Introdução

A evolução da população mundial ao longo do século XX e, fundamentalmente, a dicotomia das características demográficas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (dito de forma simplista), ditou um renovado interesse pela questão das Políticas de População, pelas profundas implicações que esta evolução coloca no presente e no futuro das nossas sociedades. No entanto, as Políticas de População existem desde os primórdios das civilizações e têm sido afirmadas, quer a partir de teorias sobre a população, quer das doutrinas que nos diferentes momentos históricos foram dominantes, ou mesmo a partir do pragmatismo das políticas de Estado no seu sentido mais vasto. Não é por acaso que a própria Demografia, enquanto domínio científico, é tributária da Aritmética Política do século XVIII.

Vivemos um momento marcado por profundas transformações na evolução demográfica, em que se cruzam várias tendências e uma multiplicidade de interferências na evolução populacional, seja a nível mundial e europeu, seja no contexto de cada país.

Paralelamente assistimos, também, aos impactos que as alterações demográficas causam nos diversos contextos sociais, políticos e económicos, assim como aos efeitos que diferentes políticas têm causado na evolução demográfica. Essas políticas tanto podem ter sido assumidamente tomadas como políticas de população, como terem tido outros objectivos ao nível sectorial, qualquer que seja o nível geográfico em que nos situamos.

Deparamo-nos, assim, com novos desafios que nos obrigam a conhecer e aprofundar os contornos da dinâmica demográfica e perceber o conjunto de interfaces que se vão tecendo com as políticas públicas aos vários níveis: internacional e nacional, sejam elas de nível central, regional ou local.

Teoria, Política e Doutrina

Os conceitos e definições de Políticas de População, implicam a abordagem dos conceitos de teoria e doutrina neste contexto, tanto mais que as definições de Políticas de População passam muito mais por conceitos de doutrina do que de teorias, sem que estas deixem de constituir um pano de fundo que nos chega desde a Antiguidade Clássica da Grécia.

Assim, para Birou e com a concisão que também um dicionário implica, Teoria é definida como “Conjunto de concepções sistematicamente organizadas sobre determinado assunto”. Ou seja, poder-se-ia aplicar a qualquer ciência, social ou outra. No entanto, acrescenta Birou que:

No processo científico, a teoria é a construção do espírito capaz de dar conta, de explicar, diversos resultados adquiridos e observados que ela ordena e recapitula numa síntese explicativa. A teoria procura remeter diversos fenómenos ou saberes vários a alguns princípios simples ou a um princípio único. Tenta destrinçar, a partir de uma hipótese mais englobante que as precedentes, um pequeno número de leis, ou a lei única que rege um conjunto de elementos, de factos ou de fenómenos¹

o que torna mais consistente a definição de Teoria.

No que às Políticas de População interessa, a noção de Doutrina revela-se muito importante, dado que mais do que em teorias, as Políticas de População se estruturam a partir de doutrinas. Mais do que o sentido etimológico da palavra, importa-nos aqui o seu sentido intrínseco e aplicativo, naquilo que comporta de normas de comportamento e prescrições existentes em cada época histórica. Mas, voltando a recorrer a Birou, ele diz-nos que doutrina corresponde à:

ideia de um corpo de verdades sistematicamente organizadas e ligadas entre si, de modo a constituírem uma síntese intelectual e um todo explicativo, consideradas como bastando-se a si próprias. Uma doutrina será então um conjunto de teses complementares e correlativas entre si, apresentadas organicamente como a expressão da verdade [...] uma doutrina, ao mesmo tempo que se pretende explicação superior e verdade última, assume um carácter prescriptivo que a diferencia da teoria e lhe confere uma dimensão normativa. Assim, uma doutrina económica ou social pretende-se indicativa do que se deve fazer².

Ora, é neste contexto que a maioria dos autores que se têm debruçado sobre as Políticas de População se tem situado, na tentativa de perceber melhor como se impõem e são aceites as diferentes políticas de população. Como diria Weber, situamo-nos entre o juízo de valor e a realidade empírica.

Mas é também necessário clarificar o que entendemos por Política. Também aí as definições são variadas e correspondem a escolas de pensamento diferenciadas. Não aprofundando, poderemos definir Política, como o faz Hague³, simplesmente como o “processo pelo qual grupos chegam a decisões colectivas”. Se esta definição nos remete para o sentido mais lato de Política, aquele que a todo o cidadão respeita e que deveria poder ser entendido como o conjunto das nossas actuações em sociedade com efeitos colectivos, falta-nos aqui o carácter imperativo que muitas vezes a política assume, ou seja “a afectação imperativa de valores a uma sociedade”, como diz Easton. Aliás, Birou⁴, cotejando G. Burdeau, diz “qualquer facto, qualquer acto ou situação, tem, num grupo humano, um carácter político, na medida em que traduz a existência de relações de autoridade e de obediência estabelecidas em função de um objectivo comum”. Podendo não coincidir pessoalmente com esta definição, ela serve para nos aproximarmos do conceito de Política Pública.

Não pretendendo entrar por qualquer teorização relativa ao Estado, aos seus poderes, organização, ou mesmo concepção, a forma mais simples de tentar definir, neste contexto, o que é uma Política Pública, poderia ser pedir emprestado a Dye⁵, parte do título de uma obra sua, ou seja, Política Pública seria “...What Governments Do, Why They Do It and What Difference It Makes”. No fundo está aqui quase tudo. E, no entanto, esta definição não satisfaz parte do que em Políticas de População se faz, mesmo considerando que falamos de Políticas Públicas.

1 BIROU, 1982: 403.

2 BIROU, 1982: 124.

3 HAGUE, 1993: 4.

4 BIROU, 1982: 307.

5 DYE, 1976.

A dimensão da globalização e a importância que certos organismos internacionais assumiram no quadro das nações, leva-nos a considerar que, para além dos Governos, embora com acolhimento por parte destes, existem organizações que delineiam e levam a cabo políticas de população de âmbito mundial, que não chegam a ser sufragadas especificamente por nenhum governo, quanto mais pelas sociedades em que se inserem. Assim, será necessário chamar a atenção para a importância que organismos como o United Nations Population Fund, o Population Council ou os organismos da União Europeia, assumem nas Políticas de População a nível, fundamentalmente, dos países em desenvolvimento.

A Demografia – rumo às Políticas de População

Traçado brevemente este quadro, será necessário clarificar o que é a Demografia, qual o seu objecto de estudo. Será daí que partiremos depois para o conceito de Políticas de População.

Considero não ter aqui que traçar exaustivamente o percurso da sua afirmação enquanto ciência, no entanto, não poderei deixar de abordar a questão, face à necessidade de delimitar o seu espaço de análise e o que a diferencia de outras ciências sociais e lhe permite assumir-se enquanto ciência autónoma.

Para Alain Girard a afirmação da Demografia e da Sociologia surgiram paralelamente, irmanadas na vontade de um melhor conhecimento dos fenómenos humanos e da percepção existente de que o homem tem a possibilidade de intervir sobre a sociedade, de a mudar, ou mesmo de a transformar radicalmente. E, no entanto, Girard reconhece que a Demografia é possuidora de um objecto e de métodos que a delimitam de tal forma que lhe conferem um estatuto bem definido no seio das Ciências Sociais, e define-a assim:

Elle offre d'abord une description quantitative pure et simple. A partir de données de base que lui fournissent les recensements et les statistiques de l'état civil, elle étudie l'état de la population, connu à des dates déterminés, et le mouvement naturel de la population, résultant de la différence entre le nombre de naissances et celui des décès. Disposant également de données sur les migrations qui se produisent entre pays différents, elle peut, dans une première phase de son travail, préciser l'importance des populations, sur lesquelles elle est suffisamment renseignée, et étudier leur structure⁶.

Esta definição, que corresponde razoavelmente ao que hoje designamos por Análise Demográfica ou Demografia Formal, pode ainda ser definida de forma um pouco mais precisa e sintetizando a extensa e explicativa definição dada por Nazareth⁷, diríamos que a Análise Demográfica é a ciência que tem por objecto a observação, a medida e descrição da dimensão, estrutura e distribuição de conjuntos populacionais delimitados espacialmente e com um significado social, bem como das mudanças nos elementos que caracterizam o estado da população e qual a intensidade e direcção destas mudanças, analisados através das variáveis demográficas, natalidade, mortalidade e migrações e inversamente quais os factores que do estado da população, dimensão, estrutura e distribuição espacial, influenciam as variáveis anteriores. Para além desta definição a Demografia pressupõe e dispõe de metodologias específicas e bem reconhecidas, que lhe permitem uma análise aprofundada dos acontecimentos estritamente demográficos, e elabora a partir deles toda uma série de indicadores, reconhecidos, quase integralmente, a nível mundial.

O rigor quantitativo que esta análise permite, através de metodologias provadas ao longo do tempo e que têm continuado a evoluir de forma constante e genericamente aceites pelos demógrafos de todo o mundo,

6 GIRARD, 1967: 276

7 NAZARETH, 2004: 46-47.

permite o conhecimento fiável da população através dos seus movimentos e das alterações das suas variáveis na sua interdependência e constitui um instrumento poderoso fora das esferas científicas. A sua utilização instrumental é uma constante, mesmo fora das esferas do político.

Mas a Demografia não se define apenas neste contexto e quando “se preocupa com questões relacionadas com as determinantes dos comportamentos demográficos e com as consequências da evolução do estado da população”⁸, e que faz parte da definição lata de Demografia dada por Nazareth, estamos a dar o salto para a proximidade com a Sociologia e com a Ciência Política, estamos a aproximar-nos da interdisciplinaridade que a Demografia induz, e para a qual é induzida. Ou seja, estamos a sair do sentido restrito de Demografia, ou melhor, de Análise Demográfica e a chegar à Demografia na sua plenitude. Num primeiro momento, esta vertente, que poderemos chamar de Demografia Social, e que Kingsley Davis, com o seu artigo *The World Demographic Transition*⁹ acabaria por fazer afirmar através da explicitação dos factores não demográficos da transição demográfica, ou dos seus efeitos sobre as variáveis demográficas. Hoje esta expressão caiu em desuso, dado que deu origem a muitas e novas áreas do saber, que mantêm, contudo, a Análise Demográfica como âncora, e nos permitem a designação de Demografia às áreas que a mantêm enquanto tal.

Alain Girard, no texto atrás focado, explicita este pensamento da seguinte forma:

Si les faits démographiques peuvent être considérés “comme des choses”, si la statistique et l'analyse mathématique peuvent s'appliquer à leur déchiffrement, ils ne peuvent être finalement séparés de la réalité sociale totale dans laquelle ils sont inscrits. Ils sont des faits sociaux, et c'est entant que tels que la démographie tentera de les comprendre et de les expliquer¹⁰.

Retomando ainda Girard, quando este analisa as teorias que ao longo do devir histórico têm surgido no pensamento de filósofos, economistas ou demógrafos e ao analisar a Teoria do Ótimo da População, afirma:

Quoi qu'il en soit, les faits et les tendances démographiques, pour autant qu'ils soient aperçus, semble inspirer, dans une large mesure au cours du temps, les réflexions des hommes qui essaient de les comprendre et de rassembler leur enchaînement en un corps de *doctrine*. Aux phases du développement démographique, régime ancien, régime transitoire, période actuelle, correspondraient en quelque sorte *les façons successives d'envisager les problèmes de population*¹¹.

Estamos muito perto das definições de Políticas de População, que de alguma forma perpassam por todo o livro de Jacques Véron, *Arithmétique de l'Homme. La démographie entre science et politique*¹². No capítulo 10 – Une Science Politique, o autor explicita a Teoria da Transição Demográfica e as esperanças que levantou, relativamente aos países do terceiro mundo, num processo de evolução demográfica que se aproximasse do dos países que deram origem à teoria. Ainda hoje esta questão é motivo de análise e controvérsia, mas o ponto a que queria chegar do pensamento de Véron, corresponde à análise que nos faz chegar às Políticas de População e à respectiva crítica. Ou seja, pretendo chegar ao ponto em que embora não tenha ainda definido de forma concreta as Políticas de População, alerta para os perigos que comportam. Observa Véron:

8 NAZARETH, 2004: 47.

9 DAVIS, 1945.

10 GIRARD, 1967: 279.

11 GIRARD, 1967: 287. Itálico meu.

12 VÉRON, 1993.

On commença à affirmer que la théorie étant en échec, il fallait prévoir des politiques de population pour freiner la croissance démographique. Afin que la transition soit possible, il fallait agir. La nécessité des programmes de limitation des naissances commença à revenir comme un leitmotiv. La connaissance se muait en *action souhaitable*. Il ne s'agissait plus de décrire une séquence, de comprendre des phénomènes mais d'intervenir. De définir des objectifs et de mettre en place les moyens de les atteindre. Aujourd'hui, on s'interroge plus sur l'efficacité des politiques de population que sur leur légitimité¹³.

Mas voltando ainda à Demografia, e no sentido de precisar melhor o seu objecto de análise e simultaneamente a abertura que nos permite avançar para os aspectos sociais, permito-me transcrever o que diz Chaunu, sobre a ligação entre a Demografia e a História:

Quer se trate de duração quer se trate de espaço, é evidente que é o Homem que procuramos, o Homem que a Demografia nos oferece face a si próprio, face à sucessão das gerações; de todos os casamentos entre as ciências humanas e a História, nenhum é tão importante. A Demografia é a mais central, a mais importante das ciências do Homem. Qualquer ciência humana sem uma poderosa base demográfica não é mais do que um frágil castelo de cartas. A História se não recorre à Demografia priva-se do melhor instrumento de análise¹⁴.

Mais do que as estritas relações com a História, este pequeno trecho de Chaunu, coloca a Demografia no cerne das Ciências do Homem, no cerne das Ciências Sociais. Como já atrás se verificava com a postura de Alain Girard, na relação da Demografia com a Sociologia.

Por seu lado, Nazareth considera que a restrição do campo de análise é limitativa, não podendo a Demografia confinar-se aos seus instrumentos e métodos de análise. Manifesta a necessidade da sua consolidação e aprofundamento, mesmo através dos seus instrumentos científicos, para que os possa utilizar para fins explicativos. Assumindo que a demografia é uma “ciência social de raiz biológica”, afirma:

Ora, em nosso entender, é no estudo dos fenómenos, que sendo biológicos na origem sofrem profundas modificações quando inseridos na sociedade e no ambiente, que assenta a maior originalidade da Demografia¹⁵.

Este posicionamento não invalida a análise dos fenómenos migratórios, e ainda da nupcialidade, assim como dos fenómenos que lhe são adjacentes (uniões de facto, divorcialidade), com os mesmos métodos e instrumentos da análise demográfica, como desde cedo foi assumido. O trabalho científico sobre este conjunto de variáveis, associadas às biológicas (natalidade e mortalidade) implica uma verdadeira imersão nos comportamentos em sociedade, que a Demografia analisa, ancorada em metodologias próprias, e que com os cuidados que qualquer procedimento científico implica, nomeadamente ao nível da qualidade dos dados utilizados, lhe permite avançar para as explicações e compreensão dos mesmos fenómenos, logo dos comportamentos que também os determinam, na articulação com as outras ciências, originando vários ramos, que se têm mantido em permanente evolução, respondendo às preocupações sociais que as sociedades vão sentindo.

Só a partir deste conjunto será possível não só a formulação de Políticas de População, como discernir nas políticas públicas aquelas que afectam a população nos seus aspectos demográficos.

13 VÉRON, 1993: 210-211.

14 CHANNU, 1990, citado por NAZARETH, 2004: 49.

15 NAZARETH, 2004: 49.

Creio ter feito o percurso que permite a partir dos conceitos de Teoria, Doutrina, Política e Demografia, passar ao de Políticas de População, não perdendo um enfoque que pretendo, fundamentalmente, ancorado na Demografia.

Para chegarmos a algumas hipóteses de conceptualização e definição de Políticas de População, torna-se necessário voltar à questão das Teorias e Doutrinas.

As Teorias da População – rumo às Doutrinas da População

Apesar de ao longo do tempo se terem produzido algumas teorias centradas sobre a população, mesmo muito antes da existência da Demografia enquanto ciência, na actualidade as doutrinas revelam-se de muito maior operacionalidade do que as próprias teorias, pois permitem uma inserção na sociedade que as clarifica de forma mais consentânea com a sua aplicação e interpretação da realidade, apesar, também, de alguns problemas que levantam, por não serem formuladas de forma articulada.

Apesar de, efectivamente, as políticas de população ou demográficas se ancorarem muito mais em doutrinas do que em teorias, mesmo quando estas lhes estão subjacentes, considero que existem três teorias sobre a população, que ao perdurarem até hoje enquanto referências e em alguns casos enquanto produtoras de pensamento doutrinário que influencia as medidas e políticas de população, têm de ser abordadas. Refiro-me ao Princípio da População de Malthus, à Teoria do Ótimo da População e à Teoria da Transição Demográfica.

O século XVIII foi fértil em ideias e ideais. A ebulição que leva à Revolução Francesa acompanha o fervilhar de ideias e ideais. Os debates apaixonados, e nem sempre muito bem fundamentados, relativos às questões da população, e sobre o sub ou sobre povoamento do Mundo, da Europa ou de alguns países, integram as ideologias da época. A ausência de verdadeiros recenseamentos, a não ser mesmo no final do século, e mesmo assim escassos, vai permitindo as mais variadas posições, teorias e ideologias sobre esta questão.

É neste contexto que vai surgir uma obra que marcará quer o pensamento demográfico, quer a demografia, quer ainda as políticas de população até aos dias de hoje. Refiro-me a *An essay on the principle of on population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and other writers* – 1ª edição 1798, de Thomas Robert Malthus. Esta obra foi seguida, ainda em vida de Malthus, por mais cinco edições, a última de 1826. A 2ª e as seguintes distinguem-se muito da 1ª, embora o designado princípio da população subsista em todas elas.

Nunca nenhum autor que tenha escrito sobre a população foi equacionado, discutido, contestado e apoiado, em tantos milhares de páginas, em tantas e diversas línguas, como Malthus. Aliás, este autor que também foi professor de economia, primeiro no Jesus College de Cambridge e depois no East India College em Hertfordshire, publicará outras obras, como os *Principles of Political Economy*¹⁶, que também serão objecto de algum sucesso e controvérsia, tendo esta obra também conhecido várias edições.

Malthus é economista e pastor e insere-se numa linha de pensamento que contraria o optimismo ideológico vindo, principalmente, do outro lado da Mancha. Estamos em plena época dos ideais igualitários, mas existem dois que pela sua importância para Malthus têm de ser referidos: William Godwin (1756-1836), inglês e Condorcet (1743-1794) francês.

Godwin publica, em 1793, a obra *The Enquiry Concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness*. Principais características do autor e da obra:

Escritor, editor e livreiro, depois de ter sido ministro de uma seita religiosa dissidente tornou-se ateu; anarquista de base filosófica; acredita: na capacidade do perfeccionismo humano; que se todos trabalharem a sua parte todos terão mais tempos livres e estes permitem o desenvolvimento da inteligência e da razão; numa sociedade igualitária, sem normas ou instituições, nem propriedade privada, o homem encontrará a harmonia; que a população se adapta aos meios de subsistência e é ridículo temer no presente o que acontecerá no futuro.

Condorcet (Marie Jean Antoine Nicholas de Caritat, Marquis de Condorcet), publica, em 1794, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*. Principais características do autor e da obra:

Filósofo, líder político, matemático e quando escreve a sua obra maior é já membro da Academia das Ciências e depois da Academia Francesa; tem a mesma crença na capacidade do perfeccionismo humano e no progresso da ciência; na educação como forma de o atingir, para a qual desenvolve, enquanto membro eleito em 1792 da Assembleia Legislativa francesa, legislação que vai perdurar por longo tempo; acredita nas “luzes” de que a espécie humana será detentora e que permitirão o progresso, baseado fundamentalmente na agricultura; considera o problema do crescimento da população um problema longínquo; prevê a contra-cepção no seio do casamento.

A primeira edição do Ensaio, é uma resposta directa a estes dois autores, tal como o próprio título indica. É também uma resposta ao seu pai, Daniel Malthus, amigo daqueles dois autores e correligionário dos ideais da Revolução. Malthus que se opunha a muitas das suas ideias vai tentar responder-lhes por escrito, sustentando-se em vários autores da sua época ou um pouco anteriores, quer de entre os que se encontram no seu campo ideológico, quer dos que lhe fornecem argumentos de sustentação para as suas posições. Entre muitos outros podemos referir David Hume (1711-1776), Robert Wallace (1694-1771), Richard Price (1723-1791) e Adam Smith (1723-1790).

Basicamente o que diz e defende Malthus na primeira edição? Em primeiro lugar o proclamado “princípio” – enquanto que as subsistências crescem numa progressão aritmética, a população, se não controlada, cresce numa progressão geométrica. Embora sem esta expressão tão clara, já outros autores antes de Malthus o tinham dito e na 1ª edição não é claro o que é considerado uma população não controlada. Quanto à progressão aritmética das subsistências e logo o seu desajustamento em relação ao crescimento da população, Malthus considera que podem adiar o problema, utilizando novas terras, a importação de bens alimentares e o progresso técnico. Outro eixo da obra preocupa-se com os obstáculos ao crescimento da população e são enunciados apenas o “vício e a miséria (misery)”. O vício pode ser entendido pela exposição de Malthus como o vício no celibato (sem respeitar a castidade), o vício no casamento (aborto, infanticídio, processos anticoncepcionais, adultério...) e ainda será vício a prostituição. A miséria é constituída por um conjunto de factores que conduzem à morte precoce: doenças e epidemias, insalubridade das grandes cidades, má alimentação, trabalhos duros, maus climas, guerras, etc. Os remédios para esta situação, ou seja, o crescimento excessivo da população, embora contrariado pelos obstáculos já expressos, seria, basicamente a abolição da Lei dos Pobres (cuja importância em Inglaterra era enorme) e isto porque Malthus não acredita nos sistemas igualitários, nem que a emigração possa ser um remédio.

Este primeiro Ensaio é de tipo panfletário e pouco cuidado sob o ponto de vista científico. Então porque suscitou tão amplo debate logo que é publicado? Porque o ataque à Lei dos Pobres, largamente combatida na obra, foi particularmente violento. Malthus defende que a Lei dos Pobres ao permitir a subsistência dos desprovidos e sem trabalho, vai encorajar a subida dos preços, dado que a existência de um aumento da procura sem que exista um aumento na produção assim o determinará. Depois este aumento dos preços fará com que parte dos que viviam do seu trabalho e sem necessidade da assistência da Lei dos Pobres, passem a ser pobres também e a ter que socorrer-se da Lei dos Pobres. Existe ainda um argumento interessante, relativo ao contributo que a Lei dos Pobres daria para o aumento dos casamentos.

Este ataque vai escandalizar a sociedade da época e tornar Malthus conhecido, o que lhe permitirá cinco anos depois e já em obra assinada editar de novo o Ensaio, mas agora, muito mais trabalhado e contendo alguns dos princípios que transformarão o malthusianismo numa doutrina que servirá muitas políticas. Omito aqui a questão que, durante decênios, se julgou ter provocado a maior contestação ao Ensaio. O célebre parágrafo sobre o banquete da humanidade, que se veio a provar, já em pleno século XX, que só surgiu na 2ª edição, tendo desaparecido nas ulteriores.

A partir da 2ª edição do Ensaio¹⁷, com mais dados, que recolhe durante várias viagens, e melhor trabalhados, socorrendo-se de novos autores (Montesquieu, Benjamin Franklin, James Stewart, Arthur Young, Joseph Townsend, entre outros), e trabalhando melhor as ideias, Malthus vai definir e explicar melhor vários pontos do seu Ensaio. Vai transformar uma obra quase panfletária numa obra com qualidade.

A questão do crescimento geométrico da população é muito melhor explicada. Por um lado, é uma tendência, embora Malthus considere que se não houver controle, a população duplicará cada 25 anos. Mas vai explicar melhor esta questão. Malthus, em plena época de arranque industrial, antevê a queda da idade do casamento, o que provocará não só mais nascimentos, como um maior número de casamentos quando estes indivíduos chegarem por sua vez à idade de procriar. Por outro lado, antevê, e nesta época já existem alguns dados que apontam nesse sentido, o prolongamento da vida. De facto, cerca de um século mais tarde estas questões entram em debate, com a teoria da transição demográfica.

Quanto aos obstáculos que não sejam o vício e a miséria, que Malthus recusa, a partir da 2ª edição surge a “obrigação moral”, que será simultaneamente um remédio. Ou seja, o homem tem a obrigação moral de não se casar se não puder sustentar uma família, e ainda a obrigação da castidade até ao casamento. Malthus não admite a limitação dos nascimentos no seio do casamento, pois isso seria cair no “vício”. Não se mostra, no entanto, muito crente neste “obstáculo” que preconiza.

Quanto aos remédios, também não avança muito, mas atenua a sua posição descrente em relação ao aumento dos meios de subsistência através do comércio internacional, embora considere que as conjunturas internacionais se podem alterar e ser assim um instrumento perigoso.

Como já referi a obra vai conhecer seis edições em vida do autor, sendo a última, revista ainda pelo autor, de 1826. No entanto, a partir da 2ª edição as alterações são negligenciáveis, no que aos princípios básicos respeita. Paralelamente, a partir da 3ª edição¹⁸, passa a ser publicado um Apêndice à obra, que conhecerá várias edições autónomas, no sentido de permitir a quem não lesse integralmente a obra (a 2ª edição tem cerca de 200 mil palavras), abranger os seus princípios básicos. Malthus chamou a este apêndice *A summary view of the Principle of Population*.

Malthus foi muito criticado, pois em toda a sua teoria as classes possidentes e nomeadamente a burguesia ficam intocadas, relativamente aos males que afligem os povos. Malthus acaba por fazer igualmente a apologia das desigualdades sociais, moralmente condenáveis, mas necessárias ao desenvolvimento da sociedade (Vilquin¹⁹). Vidal²⁰ transcreve, no entanto, um parágrafo de Malthus em que este afirma “C’est méconnaître entièrement mes principes que de m’envisager comme un ennemi de la population. Les ennemis que je combats sont le vice et la misère”. Mas Vilquin continua a ter razão, e Malthus é saudado por essas classes pois, moralmente, sentem-se libertas de problemas de consciência.

17 MALTHUS, 1803.

18 MALTHUS, 1830.

19 VILQUIN, 2006: 35.

20 VIDAL, 1994: 47.

A obra de Malthus vai servir muito bem a escola económica liberal de David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873) e Jean-Baptiste Say (1767-1832), entre outros e encontrar fortes opositores, nas correntes de pensamento socialistas de Inglaterra e de França. Sismondi, será uma excepção, pois afirmando-se malthusiano é um oponente à teoria da economia liberal. Mas não são as correntes económicas que nos interessam aqui e sim as correntes de opinião que se vão constituir a partir de Malthus, pois vão perdurar com diferentes roupagens até aos dias de hoje.

Embora não vá aqui abordar os autores que traduziram, comentaram e criticaram Malthus, fosse o *Ensaio*, fosse *Os Princípios de Política Económica*, não posso deixar de referir, pela contemporaneidade em relação a Malthus, que o primeiro tradutor, para francês, d'Os Princípios, assim como um seu crítico, foi um português, de facto, um estrangeirado, cuja obra aborda sobejas vezes as posições de Malthus, para as confrontar, não só com a realidade inglesa, como com a portuguesa: Francisco Solano Constâncio (1777-1846). Veja-se Fauve-Chamoux²¹; ou Machado de Sousa²², que aliás afirma que Malthus é o autor mais referido na obra económica de Constâncio. Também Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), outro autor português de grande envergadura em várias áreas do saber, da Filosofia à Economia, passando pelo que hoje se designaria por Ciência Política e, tal como Constâncio, um estrangeirado, vai dedicar ao pensamento de Malthus, assim como ao de Godwin, sobejas referências na sua extensa obra, nomeadamente no que à população respeita, tal como se pode ver na sua introdução ao livro de Godwin de 1839 *Principles of Political Economy*. Esteves Pereira²³, na Introdução à Edição dos textos de Silvestre Pinheiro Ferreira, explicita bem a visão crítica que este autor tem relativamente aos fundamentos do Princípio da População.

Ser malthusiano, anti-malthusiano ou neo-malthusiano, vai depender muito mais das práticas do que das teorias económicas e políticas. São movimentos que vão percorrer o resto do século XIX e o século XX. É óbvio que as ideologias estarão por trás destes movimentos, mas vão-se constituir muito mais como doutrinas. De facto, o malthusianismo, enquanto tal, vai rapidamente dar lugar aos movimentos neo-malthusianos, iniciados no Reino Unido, logo em 1822 por Francis Place, que, ao contrário de Malthus, vão preconizar o controle dos nascimentos no seio do casamento, vão defender abertamente a contracepção.

De forma muito abreviada pode-se dizer que os católicos são malthusianos, pois a doutrina da igreja não preconiza a procriação a todo o custo, mas vão mostrar-se ferozmente contra os neo-malthusianos. Continuam a mostrá-lo na actualidade. Os socialistas, com Marx à cabeça, vão-se mostrar anti-malthusianos e mesmo contra o neo-malthusianismo, pelo menos no Reino Unido e em França, sendo que na Alemanha existem posições a favor e contra. Só muito mais tarde, já em pleno século XX, as correntes socialistas, nos países de leste, vão gradualmente aceitando a contracepção.

Os movimentos neo-malthusianos, mais apadrinhados por intelectuais e grupos da esquerda não socialista, surgem sob a bandeira do combate à miséria e da promoção da procriação consciente. Vão constituir fortes movimentos e produzir muitos textos de acesso fácil à população, no sentido de incentivar a liberdade de posições, e de ensinar a utilização dos meios contraceptivos. Nem sempre os meios operários vão ser receptivos, dado as correntes socialistas se oporem. Estes movimentos, primeiro no Reino Unido e depois em França vão sofrer perseguições. Entre as duas guerras mundiais, a Europa esquece um pouco o problema e só depois da 2.ª Guerra mundial a liberdade passa a ser, na Europa, a situação normal. Entretanto esta questão passa a utilizar outras designações e a fazer um percurso que passa do controle dos nascimentos (birth control) para

21 FAUVE-CHAMOUX, 1985: 17, 24.

22 SOUSA, 1979.

23 PEREIRA, 1996: XXIII, XXIV.

o planeamento familiar (family planning). A evolução nos Estados Unidos da América não sofre a interrupção de entre as duas guerras.

Durante todo o século XIX e ainda no início do século XX vários são os investigadores que tentam encontrar e provar teorias sobre a população, no caminho iniciado por Malthus. Quetelet e Pierre Verhulst em meados de novecentos tentam testar um modelo matemático, através de uma curva logística que corresponda ao desenvolvimento da população tendo em consideração vários factores, para além da fecundidade, mas o resultado nem a eles satisfaz. Existem outras aproximações, através da biologia, que tentam mostrar as condições para uma menor fecundidade, ou autores como Galton²⁴ que considera que a fecundidade é diferencial segundo as raças e classes sociais e encara o desenvolvimento de uma raça superior. Estamos no puro eugenismo, que irá servir o nazismo, mas não constitui qualquer verdadeira teoria sobre a população. Outras existiram que não fizeram caminho. No campo da sociologia também existem investigadores que se vão preocupar com as questões da evolução da população. Emile Durkeim²⁵ e Eugène Dupréel²⁶ encontram-se entre estes, preconizando, embora com cambiantes muito significativos, que um crescimento, ou melhor, um aumento da densidade da população, promoveria o aumento do bem-estar da população. Para Durkeim as questões demográficas desempenham um papel importante na evolução das sociedades, dado que uma população numerosa permite uma melhor divisão do trabalho, mas não chega a preocupar-se, de facto, sobre as causas da evolução da população, mas sim com os seus efeitos. Outras aproximações foram feitas, no período em que a fecundidade, nos países industrializados, começa a dar sinais de recuo. O aumento do individualismo é apontado como uma das causas. Por exemplo, para Arsène Dumont²⁷ é o desejo de ascensão social e a percepção de que o custo de criar um filho passa a ser um investimento elevado, que leva à diminuição da fecundidade, no sentido de permitir uma maior possibilidade de ascensão social aos descendentes. É a teoria da “capilaridade social”.

Embora muita da investigação feita nestas áreas seja de inegável interesse, nenhuma destas aproximações às questões populacionais pode ser considerada uma verdadeira teoria da população. Mas existiram, no início do século XX, duas que terão o direito a essa designação. A teoria do Ótimo da População e a Teoria da Transição Demográfica. Ambas estão ligadas, ou melhor, a primeira vai conduzir a um grande desenvolvimento da segunda.

A teoria do Ótimo da População acaba por ser o retomar de uma ideia com dois milénios, pois, no fundo, já Platão tentava encontrar o justo equilíbrio entre o número de cidadãos e a capacidade de a sociedade sobreviver em condições de vida desejáveis. Também o confucionismo, antes ainda de Platão, preconizava este equilíbrio, apesar da sua tendência populacionista. Também alguns teóricos a partir de Malthus tentaram encontrar este equilíbrio. A época é, no entanto, outra e os conhecimentos demográficos do início do século XX, embora através de uma ciência ainda não totalmente consolidada, estão já razoavelmente desenvolvidos. O percurso feito no conhecimento através dos censos durante o século XIX foi enorme e as características fundamentais da população dos países industrializados é conhecida.

Segundo Vilquin²⁸ o enunciado da teoria é simples: «si une population peut être jugée trop peu nombreuse ou trop nombreuse, il doit exister entre sous-population et surpopulation un stade intermédiaire, plus harmo-

24 GALTON, 1869.

25 DURKEIM, 1893.

26 DUPRÉEL, 1928.

27 DUMONT, 1890.

28 VILQUIN, 2006: 42.

nieux que ces deux extrêmes». Para Adolphe Landry²⁹ o objectivo será o de encontrar as condições teóricas daquele óptimo, considerando as condições concretas de cada população.

A teoria desenvolve-se a partir da década de vinte do século passado. A sua definição constituiu sempre algo de muito delicado. Parte do princípio de que tanto uma população pouco numerosa como uma população numerosa, não são indutoras de bem-estar. Logo, é necessário encontrar uma definição de bem-estar que possa ser quantificável e entrar numa equação que permita encontrar o tal óptimo. É aí que reside o problema. Como medir o bem-estar? Se não o conseguimos definir, será pelo menos possível encontrar um indicador (mensurável ou traduzível numa medida) que o represente? Pode-se pensar na esperança de vida, no rendimento per capita, na mortalidade infantil... E tantos outros. Mas cada um deles, por mais aceite e consensual que seja num determinado momento, pode mudar. E isto sem equacionar quantas divergências existirão para encontrar o referido indicador.

A teoria económica é aquela em que este raciocínio mais é trabalhado, e propõem um óptimo de população por referência à satisfação das necessidades da população. A maioria dos modelos que surgiram faziam jogar a lei dos rendimentos crescentes e decrescentes e a evolução da produtividade, média e marginal. Para maximizar o bem-estar individual poder-se-ia chegar ao ponto de para um rendimento nacional que declinasse menos que a população, ser, mesmo assim, necessário fazer diminuir o número de indivíduos. Mesmo os autores que trabalharam o modelo, fundamentalmente da escola económica neoclássica (Mirabeau e Sismondi, por exemplo), colocaram ainda a questão – será preferível um menor número de indivíduos beneficiar de um bem-estar mais elevado ou um maior número de indivíduos beneficiar de um bem-estar um pouco menos elevado? Ou seja, esta teoria, mesmo só sob o ponto de vista económico, revela-se uma espécie de beco sem saída. E, no entanto, este tipo de desenvolvimento deixa de fora, a noção de valor para o bem-estar na óptica social, mais global. Esta teoria continuou a ser trabalhada ao longo do século XX e os modelos construídos permitem a determinação de uma área de óptimo populacional, na qual poderão existir muitas escolhas, fundamentalmente de cariz não económico, que visem, para uma determinada época e uma determinada população, uma noção assumida do que é o seu bem-estar. Por outro lado, a teoria depara-se com o problema da constante dinâmica da população e dos contextos em que ocorre, o que faz com que o óptimo ou a área óptima tenham que se deslocar constantemente. Conceptualmente todas estas hipóteses são possíveis, mas não se têm revelado aplicáveis. Se exceptuarmos a formulação de Alfred Sauvy, esta tem sido, uma teoria demo-económica sem grande aplicabilidade.

É por isso que prefiro ficar com o que do Óptimo da População diz Sauvy³⁰. Tomo aqui a síntese de Vilquin:

c'est l'effectif de population qui permet la meilleure réalisation des objectifs qu'une société donnée s'est choisis. D'où tout un éventail d'optima associés aux divers objectifs sociétaux possibles: suprématie géopolitique (optimum de puissance), niveau de vie de la population (optimum de bien-être), efficacité économique, élimination de la pauvreté, autarcie, réalisation d'un idéal philosophique, etc. Alfred Sauvy a également tenté de intégrer à la théorie des éléments jusqu'alors négligés comme les relations entre le mouvement d'une population et les modifications de sa structure³¹.

Ou seja, Sauvy recoloca a questão do Óptimo da População num contexto mais vasto, quer no que diz respeito à Demografia em sentido estrito, quer na sua inserção nas Ciências Sociais e Políticas, incluindo a Economia, deixando a margem necessária à actuação das sociedades e dos poderes que as governam de melhor interpretar o seu sentir. Poder-se-á dizer que a sua eficácia é idêntica à dos modelos demo-económicos, mas é com certeza

29 LANDRY, 1934.

30 SAUVY, 1963.

31 VILQUIN, 2006: 43.

portadora de uma capacidade preditiva que os modelos estudados nunca permitiram. Se aqueles objectivos diferenciados forem claramente definidos as Políticas de População terão não só um campo de actuação claro, como a análise dos efeitos dessas mesmas políticas se tornará avaliável. De alguma forma, este conjunto de modelos vai, em alguns dos seus pressupostos, entrelaçar-se com a última teoria que aqui exporei.

Abordarei, então agora, a Teoria da Transição Demográfica. Embora seja uma teoria que ainda hoje subsiste enquanto teoria explicativa da evolução da população, creio que vale a pena deixar registado quais os textos e autores que construíram a teoria, os seus “pais fundadores”, o que farei no quadro seguinte. Neste quadro estão por ordem cronológica os textos que constituíram a matriz teórica a partir da qual muitos outros autores fizeram evoluir e ajustaram a Teoria da Transição Demográfica. Como se pode verificar os mesmos autores desenvolveram a teoria em textos que podem distar entre si de bastantes anos e que revelam o lento aprofundar do processo da respectiva construção.

1929	THOMPSON, W.S., <i>Population</i>
1934	LANDRY, Adolphe, <i>La révolution démographique, Études et essais sur les problèmes de la population.</i>
1936	CARR-SAUNDERS, A. M., <i>World population; past growth and present trends.</i>
1945	DAVIS, Kingsley, <i>The world demographic transition.</i> NOTESTEIN, F. W., <i>Population, the long view.</i>
1946	THOMPSON, W.S., <i>Population and peace in the Pacific.</i>
1953	NOTESTEIN, F. W., <i>The economics of population and food supplies. Economic problems of population change.</i>

Toda a segunda metade do século XX é dominada pelo pensamento produzido pela Teoria da Transição Demográfica. O seu nascimento e estruturação fazem-se fundamentalmente antes da segunda Guerra Mundial. O termo “revolução demográfica” é pela primeira vez introduzido em 1929 pelo polaco Léon Rabinowicz e retomado logo no mesmo ano pelo demógrafo americano Warren Thompson; foi de seguida adoptada pelo francês Adolphe Landry³², na obra exactamente intitulada *La révolution démographique, Études et essais sur les problèmes de la population*; Notestein, nos desenvolvimentos que faz sobre a teorização em curso e ao estender os seus princípios à escala mundial, vai chamar-lhe Transição Demográfica, designação que é retomada na Europa, ficando assim conhecida daí em diante.

Os seus desenvolvimentos sucessivos, com a colaboração de outros autores, vai erigi-la em teoria explicativa da evolução da população ao longo do século XX, na medida em que, a par do Princípio da População de Malthus, é, efectivamente uma teoria que propõe uma lei geral para a evolução da população. Os demógrafos americanos vão desenvolver, fundamentalmente, os princípios do crescimento da população segundo uma curva logística, na linha de ideias das teorias demo-económicas. Por seu lado, Landry vai introduzir, ou privilegiar, o movimento de ideias, como factor explicativo para a evolução da população. Este modelo nasce com o objectivo de explicar a evolução da população europeia, ou seja, os efeitos na população da sua passagem de uma sociedade agrícola a uma sociedade industrial. As constatações dos vários autores são suportadas pelo facto desta transição se produzir independentemente das particularidades físicas, económicas e políticas das populações a que se aplicava o modelo. Notestein, cedo viu a possibilidade de aplicar o modelo à escala global, o que no dealbar da segunda metade

do século XX constituía uma espécie de alívio para a constatação nascente do imenso crescimento da população dos países não desenvolvidos. Foi assim fácil erigi-la em teoria geral.

Antes de expor algumas das críticas que lhe têm sido dirigidas ao longo do tempo, vejamos o que nos diz a teoria, tal como foi definida até meados da década de cinquenta. Todos os países já passaram, estão a passar ou passarão pelas seguintes quatro fases: a) fase de quase equilíbrio antigo, entre uma mortalidade e uma fecundidade elevadas; b) fase de recuo da mortalidade, com grande aceleração do crescimento da população; c) fase de recuo da fecundidade e de conseqüente contracção do crescimento natural; d) última fase, de novo, de quase equilíbrio moderno, com mortalidade e fecundidade baixas, tendendo para um crescimento nulo.

Para Landry existem apenas três fases ou “regimes demográficos” que se sucedem no tempo: a) “regime primitivo” em que a pressão das subsistências, ou de forma mais genérica a economia, apenas afectam a mortalidade, e em que o homem deixa à natureza a regulação dos excedentes; esta espécie de regulação “natural” faz com que a população tenda sempre para o máximo possível pelas subsistências disponíveis; este efectivo da população tem no longo prazo crescimento muito lento, perturbado regularmente por crises de sobremortalidade (epidemias, guerras, fomes); b) “regime intermédio”, em que o progresso, técnico, científico, de circulação, permite à população manter ou elevar o seu nível de vida; este desenvolvimento leva-a a fazer diminuir a natalidade, inicialmente através do retardamento da idade do casamento; c) “regime moderno” em que a natalidade baixa fortemente e não somente em função de considerações económicas individuais; deixa de existir uma lei universal.

Podemos dizer que o esquema interpretativo de Landry não difere muito do anterior, que ganhou terreno, embora sujeito a um escrutínio sistemático até aos dias de hoje.

Para muitos dos críticos da teoria, e dito de forma muito simplificada, ela peca em primeiro lugar pela secundarização dos efeitos da mortalidade sobre o modelo e em segundo lugar pela ausência das migrações, sem abordar os contextos socioeconómicos, muito diferenciados. A grande questão que se tem colocado ao modelo é a da sua aplicação aos países em desenvolvimento. Chesnais, um dos autores que mais tem trabalhado esta teoria, sendo um dos seus defensores, em várias das suas obras e naquelas que tem coordenado³³ tem introduzido novos elementos ao modelo, para além de uma colecta sistemática de dados demográficos e sociais, a nível mundial e ainda por países e regiões, de forma a torná-lo operacional à escala mundial, sem deixar de lhe ser crítico. Estas críticas têm razão de ser, dado que a Teoria se centra na questão da natalidade/fecundidade e mesmo aí encontra dificuldades explicativas, fundamentalmente nos países em desenvolvimento. Para Vilquin “La clé d’un renouveau de la théorie de la transition est sans doute dans la recherche d’une théorie explicative de la baisse de la fécondité ”³⁴.

Ainda segundo Vidal³⁵:

Il y a des sociétés traditionnelles où la fécondité et la mortalité sont élevées (...) et des sociétés modernes, à basses mortalité et fécondité»; c’est là la seule généralisation que reconnaisse A. J. Coale. Les cheminements de baisse de la fécondité sont multiples: il n’y a pas, pour cet auteur un modèle unique de transition démographique³⁶.

As teorias expostas, como tentei evidenciar, foram muito importantes para o conjunto de doutrinas que hoje em dia subsistem nas nossas sociedades.

33 CHESNAIS, 1986; 1995; 1997; 2002.

34 VILQUIN, 2006: 45. Considero que para o caso português um importante contributo, neste sentido, foi dado pela tese de doutoramento de OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2003 – *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*.

35 VIDAL, 1994: 77.

36 VIDAL, 1994: 77.

As Doutrinas de População – rumo às Políticas de População

No entanto, cabe agora encontrar o que se considera, face às Políticas de População, uma Doutrina. Creio que utilizar a concepção que sobre esta matéria tem Hervé Le Bras, me aproxima mais do meu próprio pensamento.

Na apresentação da Segunda Parte do livro *Démographie et Politique*³⁷, dedicada ao “Natalismo, nacionalismo, eugenismo e darwinismo social”, o autor clarifica bem as razões da maior utilização da designação de doutrinas em detrimento da de teoria ou ideologia. Não podia estar mais de acordo, porque coloca a questão na sua dimensão social, sem que por isso se perca uma visão cientificamente articulada, imprescindível a qualquer análise sustentada:

Les démographes utilisent d'habitude le mot doctrine pour décrire un système d'idée dans leur domaine. Ils préfèrent ce terme à ceux d'idéologie et de théorie, sans doute pour marquer plusieurs différences avec les sciences de la nature, et les sciences politiques. Une doctrine est moins charpentée qu'une théorie et plus directement en rapport avec l'action qu'une idéologie. Doctrine par sa parenté avec l'adjectif doctrinaire marque aussi un décalage entre la réalité et sa perception sociale sans que ce décalage devienne un gouffre comme dans le cas de l'idéologie³⁸.

No entanto, Le Bras chama também a atenção para os problemas que a noção de doutrina comporta para a análise dos demógrafos, principalmente ao longo do século XX, dado as doutrinas, que nos seus princípios deveriam comportar uma forte consistência, não serem credoras de uma total coerência interna, existindo com frequência pontos importantes de interface entre elas, dificultando a análise e interpretação do demógrafo. Le Bras levanta ainda uma outra questão muito pertinente e que partilho, ou seja, a dificuldade que as doutrinas demográficas têm, com frequência, de se autonomizarem do mero senso comum. Tal dificuldade é natural pela própria natureza da demografia, que ao lidar com grandes números tende naturalmente a uma generalização. Ou seja, a análise que a demografia produz pode ser capaz do melhor e do pior, “du meilleur quand elle approfondit son travail statistique et du pire quand elle sert d'amplificateur au sens commun”³⁹.

Para tomar outro autor, que antes de Le Bras sustentava a questão das doutrinas, pegaremos num dos mais destacados teóricos das questões demográficas: Alfred Sauvy. Este autor apesar de ter feito a sua ligação à Demografia através da História, como já referi, foi capaz de dar o salto desta disciplina para as Ciências Sociais e Humanas em geral, tendo sido um dos autores mais “endoutrinadores”, no que à população europeia do século XX respeita. No entanto, a sua envergadura, permitiu-lhe sempre distinguir entre a perspectiva científica e a do cidadão particularmente informado e interventivo.

Tomaremos aqui um dos textos mais antigos de Sauvy⁴⁰, numa tradução que não se pode considerar brilhante, mas que em nada afecta as concepções que Sauvy expõe. Interessante é, também, a concepção da obra como um todo. Sob o título “A população”, Sauvy percorre numa primeira parte os “Métodos e Instrumentos”, expondo de forma breve as metodologias de análise das variáveis demográficas, para na segunda parte abordar “Resultados Gerais”, ou seja, o que a partir do tratamento demográfico é possível obter como leitura e interpretação da realidade, mantendo a leitura a partir das variáveis demográficas, para, finalmente, na terceira parte e numa abordagem que não corresponde à mais vulgar, tratar das “Doutrinas e Políticas de População”⁴¹.

37 RONSIN, LE BRAS, ZUCKER-ROUVILLOIS, 1997.

38 LE BRAS, 1997: 83.

39 LE BRAS, 1997: 84.

40 SAUVY, 1944.

41 SAUVY, 1944: 129-173.

O desenvolvimento desta terceira parte da obra só me interessa neste ponto, pela sua exposição face ao que o autor entende por doutrinas e políticas de população. A análise que faz em diversos pontos desta terceira parte, há muito que foi revista e reelaborada pelo próprio autor, pelo que não faz qualquer sentido retomar aqui as ideias de Sauvy centradas na realidade demográfica da época.

A particularidade de Sauvy ao abordar o que é uma doutrina no contexto demográfico ou da população reside, não tanto na definição em si própria, mas na abordagem que faz do seu entendimento ou percepção pelo cidadão comum. É a distinção que faz entre doutrina de população e atitude. Aliás começa logo por enunciar a necessidade de distinguir entre as duas:

Uma *doutrina de população* é um conjunto de ideias correctamente explicitadas que, esforçando-se por ser coerente e enquadrar suficientemente as realidades, sugere ou dita um certo número de posições ou de atitudes sobre diversos problemas: natalidade, práticas antinatais, alojamentos familiares, reformas de velhice, etc.

E acrescenta:

Mas indivíduos ou grupos de indivíduos podem muito bem não professar nenhuma doutrina de população, embora tenham sobre os problemas em questão atitudes cujo conjunto equivale à aplicação de uma doutrina⁴².

E culmina dizendo que mesmo a ausência ou abstenção equivale a uma tomada de posição. Coloca, aliás, os partidos políticos muito neste posicionamento, na medida que mesmo sem assumirem especificamente uma doutrina tomam posições que, conjuntamente, actuam como se ela existisse. Ou seja, as atitudes, no que à população respeita, acabam por revelar um valor intrínseco que em muito se aproxima da existência de doutrinas explícitas. No fundo, estas reservas, embora formuladas de outra forma correspondem aos problemas já enunciados por Le Bras.

Considero que está, assim, aproximadamente clarificada a questão da utilização da designação de doutrina de população, contornando de alguma forma as teorias da população.

As Políticas de População

Sauvy é um bom autor para passarmos à tentativa de encontrar o conceito e as definições para Política de População. O início da terceira parte, “Doutrinas e Políticas de População”⁴³, da obra atrás referida é pautado por uma tentativa de explicar a necessidade de encontrar uma “qualquer lei da população”, embora possamos constatar que, mesmo dentro das suas concepções, a teoria do óptimo da população, tal como o autor a concebe, suscita dúvidas e problemas dificilmente transponíveis a nível de um país ou do mundo. Poderá, contudo, e pela forma de colocar as questões a que uma doutrina deve responder, ser um poderoso auxiliar na formulação de políticas de população. Contestando os países que afirmam não terem políticas de população, diz:

Mesmo que se limite a ciência da população ao quantitativo, ao número de homens, grande é ainda o domínio da política, consciente ou inconsciente, desejada ou espontânea. Quer se trate de fiscalidade, de recrutamento, de regime agrário, de ensino, de investimentos, de alojamento, etc., as dispo-

42 SAUVY, 1944: 137.

43 SAUVY, 1944: 129-173.

sições têm alguma influência no desenvolvimento da população. Esta influência é ainda mais visível quando as medidas são directas, tais como legislação do casamento e do divórcio, saúde pública, luta contra os flagelos sociais, migrações, etc.⁴⁴

Ou seja, para Sauvy existem sempre, pelo menos, medidas de política que interferem ou interagem com os aspectos demográficos de uma população.

Tentarei agora dar uma visão mais sistematizada dos conceitos e definições existentes sobre o que são Políticas de População e muitos têm sido os autores que têm tentado a clarificação do conceito.

Começarei por abordar a posição de Annie Vidal, que ensaia uma síntese das principais posições. A autora começa por dizer que não irá utilizar a visão abrangente segundo a qual “Une politique de population pourrait se définir comme l’ensemble des mesures publiques ayant un effet sur le comportement de la population”⁴⁵. Considera que tal definição é pouco operacional pela extensão do campo que abarca, impedindo, assim, qualquer abordagem analítica. Prefere retomar a definição de Georges Tapinos⁴⁶ segundo a qual uma política de população agruparia “l’ensemble des mesures qui visent à agir sur le taux d’accroissement, les structures et la répartition spatiale de la population”. Se me parece possível Tapinos ter, em algum momento anterior a 1994, definido Política de População como Vidal refere, de facto, e se pegarmos na obra de Tapinos, veremos que a sua definição acaba por se alargar para o âmbito que, exactamente, Vidal parece recusar. Nesta obra Tapinos define o conceito da seguinte forma:

Les politiques de population recouvrent l’ensemble des mesures qui ont pour effet d’influencer le rythme d’accroissement de la population. Elles comprennent toutes les dispositions qui, *directement ou indirectement, de façon explicite ou latente*, agissent sur les facteurs de la croissance démographique, la fécondité, la mortalité, les migrations extérieures au territoire considéré. Les mesures qui comportent un objectif démographique explicite, et qui retiennent davantage l’attention, peuvent être incitatrices ou contraignantes⁴⁷.

E, no entanto, não posso deixar de estar de acordo com Vidal, pois a capacidade de análise de um campo tão vasto, poderá ser impeditivo de uma verdadeira abordagem estruturada sobre as políticas de população de uma região, de um país, de um continente e até das políticas de âmbito tão vasto como aquelas que os organismos internacionais veiculam a nível mundial. Esta posição não me impede, no entanto, de considerar que a abrangência da definição é correcta e que há que tê-la presente, mesmo quando por necessidade analítica focalizamos o âmbito da análise.

Vidal⁴⁸ retoma ainda uma definição de Hubert Gérard⁴⁹, cujo sentido, contudo, se insere na problemática da Transição Demográfica, que como vimos constitui um dos panos de fundo da demografia ao longo do século XX e mesmo ainda hoje, que não deixa de ser um contexto específico. Diz Hubert Gérard, definindo política demográfica:

comme un système de programmes intégrés, qui est élaboré et mis en œuvre par une entité ayant pouvoir de décision et d’exécution en ce domaine, dans le but explicite d’orienter ou de modifier le mouvement de la population dans un sens déterminé, en l’occurrence de réaliser la transition démographique.

44 SAUVY, 1944: 167-168.

45 VIDAL, 1994: 127.

46 Embora não refira de que obra do autor retira a definição apresentada, nem este conste da bibliografia da obra.

47 TAPINOS, 1996: 215-216. Itálico meu.

48 VIDAL, 1994:127.

49 Embora, de novo, não refira de que obra do autor retira a definição apresentada, nem este conste da bibliografia da obra.

Portanto, para este professor da Universidade de Lovaina, uma Política Demográfica é constituída por um sistema de medidas a definir e levar a cabo por uma “entidade”. Esta posição e a própria designação de política demográfica, remete-nos para a questão das políticas internacionais que durante décadas tentaram forçar o declínio da fecundidade nos países subdesenvolvidos, com consequências nem sempre desejáveis sob muitos pontos de vista. Estas políticas, levadas a cabo por organismos internacionais e apoio das nações poderosas, tiveram durante muito tempo designações como de controle de natalidade (birth control) e depois de planeamento familiar (family planning). A evolução da população mundial e a percepção cada vez mais clara de que dificilmente se actua sobre uma única variável demográfica sem consequências sistémicas, mesmo fora do domínio demográfico, e exactamente no sentido de precisar que as questões que pretendem enfrentar não correspondem apenas a problemas de fecundidade, mas ao conjunto de variáveis que determinam as características de uma população, fez com que a designação de Política Demográfica se impusesse e, cada vez mais, com uma aceção que se aproxima da de Políticas de População. Aliás, já em 1973, Hubert Gérard e Guillaume Wunsch⁵⁰, utilizavam a designação de política demográfica e expunham a passagem do “birth control” para o “family planning”.

Interessante é notar que um dos grandes demógrafos europeus, Roland Pressat, no extenso artigo que constitui a entrada para “política de população” no seu *Dicionário de Demografia*, opte por uma definição restritiva. Considera este autor que uma definição extensiva levaria a considerar tantas medidas de política, que se cairia em quase todas as medidas que afectam a colectividade. Por outro lado, na entrada “política demográfica”, considera-a sinónimo de “política de população”. A definição restrita que referi considera apenas as medidas que deliberadamente afectam a população. Utilizando a versão em castelhano, diz Pressat: “Política de población – Conjunto de medidas, tomadas frecuentemente por los poderes públicos, y destinadas a influir en la evolución demográfica”⁵¹.

Face às posições dominantes actualmente, de facto, as designações de Política de População e de Política Demográfica são utilizadas, quase sempre, indistintamente. No entanto, é meu entendimento que a designação de Política de População é mais abrangente, pelo que a prefiro. A designação de Política Demográfica remete-nos para o universo das variáveis estritamente demográficas, podendo fazer crer que apenas as medidas tomadas com o objectivo explícito de influir na natalidade/fecundidade, nas migrações ou mesmo na mortalidade, serão equacionadas. Dado que considero que existem medidas políticas que não se situam naquele âmbito, mas que produzem efeitos demográficos, logo sobre a população, como todas aquelas que respeitam, por exemplo, ao ordenamento do território, continuo a preferir a designação de Políticas de População, visando também a análise dos fenómenos induzidos por medidas de política.

As perspectivas anglo-saxónicas são, geralmente, mais operacionais, não deixando, contudo, de reflectir preocupações de índole teórica e de necessidade de definição de conceitos. Por outro lado, também se podem considerar mais abrangentes, à semelhança do que afirma Teitelbaum “En français, cependant l’expression *politiques de population* a généralement un sens plus restreint que dans la culture anglo-saxonne”⁵².

E, no entanto, um dos autores mais influentes do século XX sobre as Políticas de População a nível mundial tem sobre o conceito uma posição muito particular.

Falamos de Kingsley Davis (1908-1997), ainda hoje referência para muitos dos que debatem a questão, não só pela profundidade dos seus conhecimentos demográficos e justeza das suas análises, como pelas controversas posições que tomou ao longo da sua longa vida académica. É considerado por muitos como um dos

50 GÉRARD; WUNSCH, 1973: 143-147.

51 PRESSAT, 1997: 141-143.

52 TEITELBAUM, 2006: 151.

precursores e fundadores da “Demografia Social”, como já referi, através do estudo da Transição Demográfica, cuja designação popularizou, embora a respectiva teorização caiba ao colectivo de autores em que se insere. É também um dos “pais” da expressão “zero population growth” ou seja, o objectivo do crescimento nulo, e ainda da popularização da expressão “explosão demográfica”⁵³.

Embora as ideias de Davis sobre as Políticas de População percorram grande parte da sua obra, torna-se difícil encontrar uma definição que ele tenha utilizado. Para Davis, o complexo de factores não demográficos que determina a evolução da população, como se pode verificar em múltiplos dos seus textos, quase que impede a existência de qualquer política de população efectiva. Por exemplo, no seu artigo de 1963⁵⁴, sobre a teoria das alterações e das respostas existentes na moderna história demográfica, a propósito da rápida evolução demográfica do Japão, diz Davis:

What, then, is the picture that Japan presents? It is the picture of a people responding in almost every demographic manner then known to some powerful stimulus. Within a brief period they quickly postponed marriage, embraced contraception, began sterilization, utilized abortions, and migrated outward. It was a determined, *multiphasic response*, and it was extremely effective with respect to fertility⁵⁵.

Esta posição, que nos traz uma das inovações de Davis, a sua teoria das respostas multifásicas no processo de transição demográfica, cujo debate perdura até hoje, é perfeitamente enquadrada, no mesmo artigo, na sua posição imbatível de que “The process of demographic change and response is not only continuous but also reflexive and behavioral”⁵⁶. Face a esta constatação dificilmente se consegue a estruturação de uma Política de População que possa ter em conta todos os aspectos dinâmicos e comportamentais de uma população, permitindo a definição de metas para políticas de população que possam ser atingidas enquanto tal. O artigo que aqui referimos constitui já uma enorme evolução relativamente ao pensamento de Davis, que, no que toca às Políticas de População, se preocupou fundamentalmente com os problemas do rápido crescimento da população mundial e com a análise crítica das medidas que foram sendo tomadas ao longo do tempo pelas instâncias nacionais e internacionais. Um dos seus artigos, já da fase final da sua vida, “Population and Resources: Fact and Interpretation”⁵⁷ de 1990⁵⁸, constitui mais um conjunto de perguntas e interpretações, muito bem fundamentadas, sobre a evolução da população mundial, relativamente à questão, velha de mais de 200 anos, do binómio “população/recursos”. Encontramos aí mais uma longa reflexão sobre as ligações da demografia e dos demógrafos com as outras ciências, especialmente com as Ciências Sociais, que representa um desafio no presente, nomeadamente e particularmente, aos investigadores e aos políticos que pretendam investigar ou actuar no âmbito das políticas de população.

Voltando, contudo, à questão da definição de Política de População, no contexto da obra de Davis, encontramos, não exactamente uma definição, mas o enunciado do que devem ser os objectivos de uma Política de População:

53 HEER, 2005: 1.

54 “The Theory of Change and Response in Modern Demographic History”. *Population Index*, vol.29, Issue 4 (October 1963): 345-366.

55 HEER, 2005: 401.

56 DAVIS, citado por HEER, 2005: 397.

57 *Population and Development Review*, vol.16: 1-21.

58 HEER, 2005: 647-667.

population policy seeks to achieve “population control” by making the collective result an intended one. That is, it sets a population goal for the nation or state as a whole and seeks means to achieve this goal. If the policy succeeds, the population is “controlled,” i.e., intended⁵⁹.

Para Davis este tipo de objectivos e esta forma de, de alguma forma, definir Política de População tem a ver com a sua perspectiva de que os objectivos só são alcançados se a população estiver ciente deles e globalmente a eles aderir, e não apenas a definição de uma política a partir de decisores políticos, face às suas análises. Esta postura tem tudo a ver com a sua perspectiva da demografia, não apenas como uma ciência instrumental, mas também como uma verdadeira Ciência Social.

Existem, no entanto, na actualidade, muitos autores anglo-saxónicos que definem Política de População. Algumas destas definições são mais próximas das posições dos autores europeus, ou seja, são mais restritivas relativamente ao que se pode designar por Política de População. Começemos por Paul Demeny, autor com larga troca de experiências e trabalhos conjuntos com demógrafos europeus.

Paul Demeny é um conceituado académico, agora no “Population Council”. Em recente artigo, define Política de População de uma forma concisa, mas não menos abrangente, não deixando de dizer que a definição, qualquer que ela seja, deixa margem para muitas interpretações.

Population policy may be defined as deliberately constructed or modified institutional arrangements and/or specific programs through which governments influence, directly or indirectly, demographic change⁶⁰.

No entanto, Demeny considera que a generalidade dos governos apenas considera como variáveis chave para as políticas de população a fecundidade e as migrações, deixando a mortalidade confinada às políticas de saúde. Refere ainda que uma política de população poderá ser equacionada de forma restrita, apenas considerando aspectos quantitativos ou, de forma mais abrangente, equacionar aspectos qualitativos, que exemplifica através de medidas que visem uma determinada composição da população ou a sua distribuição espacial. Refere ainda que os governos podem encarar virar-se para fora das suas fronteiras, dada a importância que as questões populacionais assumem nos dias de hoje⁶¹.

Esta última questão volta a remeter-nos para as entidades de que falava Hubert Gérard, que mais não são do que as instâncias internacionais, através das suas agências e dos seus fundos, não negligenciando medidas de política que podem ser levadas a cabo de forma bilateral.

De 2000, e com um carácter vincado de operacionalidade, é a definição apresentada por Don Rowland, da Universidade Nacional da Austrália:

A population policy does not have to be a highly detailed prescription of what is desirable demographically. It might consist of a set of broad goals, quantitatively defined, such as minimising population ageing (e.g. no more than 25 per cent 65 and over), minimising fertility decline and ultimately achieving zero growth⁶².

É interessante observar este pragmatismo, principalmente porque reflecte de forma clara a proveniência de um país que pratica explícitas medidas de política de população há longos anos, no que respeita às migrações.

59 DAVIS, 1971: 4-5.

60 DEMENY, 2003: 3.

61 DEMENY, 2003: 3.

62 ROWLAND, 2000: 1.

Contrariamente, mas não menos pragmática, é a posição de Mike Dixon e Júlia Margo do Institute for Public Policy Research do Reino Unido que ao analisarem a tradicional e longa não ingerência directa dos governos do seu país nas questões de população, mas em que uma série de outras medidas a afectam, concluem num artigo recente:

The challenge is to respond to Britain's demographic problems in a progressive way. We need to remove the barriers preventing people from having the families they want. French-style cash incentives would be culturally inappropriate and regressive: paying mothers to opt out of the workforce is bad for gender equality, bad for children's life chances and just plain unfair. For the most part, both men and women want to play an active role in family life and in the labour market too. Policy should help them to do so. We recommend Swedish-style childcare provision, and better paternity and maternity leave. But the first step has to be for British politicians to openly acknowledge that Britain faces demographic problems, just like the rest of Europe⁶³.

Não seria difícil coleccionar definições dos mais variados autores, académicos ou investigadores, mas creio ter ficado claro que não existindo uma definição única, todas elas acabam por se situar num domínio vasto que, na minha perspectiva, passa sempre pela demografia, mas recobre muitos outros domínios.

Em relação a um dos domínios em que a problemática da população deveria estar presente, Teitelbaum⁶⁴ refere a pouca atenção que os investigadores em Ciência Política têm dado a estas questões, com muito poucos contributos no que respeita às questões da fecundidade e mortalidade, embora com investigação mais aprofundada no que respeita às migrações.

As Políticas de População situam-nos, assim, não só no domínio da Demografia, mas também da Ciência Política e das Ciências Sociais e, neste caso de forma muito expressiva, nos domínios da Sociologia, da Economia, da História e ainda das Ciências da Governação e das Políticas Públicas.

E Portugal?

É neste contexto que considero não existir em Portugal uma verdadeira abordagem das Políticas de População. Acresce que para além da necessária criação de conhecimento nesta área, existem alguns pressupostos para a sua abordagem que reputo de fundamentais. Independentemente do estudo do que em Portugal se tem produzido em várias áreas e que corresponde a análises sobre medidas de política que se têm dirigido à população enquanto tal ou de medidas que a têm afectado mais ou menos fortemente, há que tentar perceber se têm existido, de facto, Políticas de População. O papel do investigador, seja demógrafo ou investigador de áreas afins, deveria ter como pano de fundo a posição expressa, já há mais de uma década no livro *Démographie et Politique* e expresso logo na Apresentação

la volonté commune à un groupe de chercheurs en sciences sociales d'utiliser la démographie en tant que lieu d'observation privilégié des conflits pouvant opposer les idéologies et des détenteurs du pouvoir politique à l'exercice de libertés individuelles fondamentales touchant à la sexualité, aux rapports de sexe, à la vie et à l'économie familiale⁶⁵.

63 DIXON; MARGO, 2006.

64 TEITELBAUM, 2005: 720.

65 RONSIN; LE BRAS; ZUCKER-ROUVILLOIS, 1997: 5.

Estamos muito perto das ideias formuladas por António Barreto na conferência inaugural do IIº Congresso Português de Demografia, em Setembro de 2004, cuja temática se subordinou ao título “Sociedade, demografia e políticas de população”.

António Barreto, colocando-se na posição de sociólogo e ainda na de antigo político, diz:

é raro encontrar um país, um Estado ou um governo, para não dizer simplesmente uma entidade ou uma autoridade, que possua ou pratique uma política de população na verdadeira acepção da palavra. Isto é, uma política conhecida e articulada, com objectivos definidos, estratégias delineadas e meios ou instrumentos de acção seleccionados⁶⁶.

Acrescentando que as causas para tal ausência poderão ocorrer meramente por falta de sensibilidade às questões de população ou ainda pelo

facto de cada política social ou cada sector social e económico ter a sua própria dinâmica, a sua própria lógica, e, apesar das consequências evidentes no plano da população, não existe a perspectiva de integrar tais políticas ou sectores. Finalmente as questões demográficas são de tal modo vastas (quase tudo na vida colectiva tem uma dimensão demográfica...), que preferem tratar separadamente os sectores e as respectivas medidas⁶⁷.

Barreto prossegue o seu raciocínio explicitando, não só as dificuldades que poderemos enfrentar ao tentar discernir quais as medidas que efectivamente se destinam a ter um efeito directo sobre a população, mesmo quando os seus objectivos expressos são fazer face a situações sociais que delas carecem, mas que não deixam por isso de ter efeitos demográficos. Procedimentos semelhantes existem de forma generalizada em muitos países, não sendo esta forma de actuação apanágio de Portugal. Por outro lado, Barreto levanta a questão da não avaliação das medidas tomadas para os objectivos expressos ou implícitos de mecanismos e medidas de política assim tomadas, acrescentando:

as “medidas”, as leis e os dispositivos administrativos, sociais e económicos exercem geralmente influências de carácter contraditório, a ponto de se poderem anular umas às outras. Como o princípio orientador não é o de uma política coerente de população, mas sim a resposta a necessidades sociais e às exigências eleitorais, são muito discutíveis a compatibilidade e a convergência das políticas sectoriais⁶⁸.

Apesar das reticências não só à designação de “políticas de população”, mas também a muitas e expressivas políticas de população de má e dramática memória em termos históricos, e, embora sem a gravidade ou dramatismo daquelas, em relação a algumas medidas nacionais que são atentatórias das liberdades individuais, Barreto afirma:

Se me fosse pedido que estabelecesse os critérios ou as prioridades para a definição de uma política de população, elegeria três princípios. O da liberdade. O da informação. E o da coerência das políticas sociais e económicas. Quer dizer que considero negativa a formulação de orientações substantivas, como sejam as alterações da natalidade ou da nupcialidade ou a defesa de certos modelos de família. Os principais objectivos de uma política de população seriam assim a liberdade de decisão e as escolhas informadas dos cidadãos⁶⁹.

66 BARRETO, 2004: 1.

67 BARRETO, 2004: 1-2

68 BARRETO, 2004: 3.

69 BARRETO, 2004: 6.

Poderei não estar completamente de acordo com António Barreto, nomeadamente se estivermos a falar de políticas de população em abstracto e sem considerarmos as situações demográficas, sociais, culturais e fundamentalmente económicas, que ocorrem em alguns países e que apelam a uma visão menos assertiva daqueles três princípios. No entanto, e se estivermos a falar de países europeus, por exemplo, a minha concordância existe e exactamente porque a nossa história, cultura e situação económica assim o deviam exigir e, como o próprio autor refere, aqueles princípios não são impeditivos de uma verdadeira política de população. Por outro lado, aqueles princípios remetem-nos para a dimensão ética que as políticas de população deveriam sempre ter como substrato e que são uma preocupação clara de muitos dos teóricos desta área. Os princípios da liberdade, da informação e da coerência das políticas sociais e económicas elevam de forma muito expressiva a exigência, articulação e coerência das políticas que se pretendam aplicar, mas são princípios básicos que também qualquer cidadão deveria exigir.

Aqueles princípios – liberdade, informação e coerência das políticas – como base para uma política de população, remetem-nos também para a necessidade de análises aprofundadas e cuidadas das diferentes políticas e seus efeitos sobre a população e ainda para a necessidade de que aquelas se sustentem em estudos demográficos isentos. Poderá parecer que com tais princípios, ficará esvaziada qualquer possibilidade de actuar sobre a população, mas tal não ocorre.

E por considerar que a minha consonância com as posições expressas por António Barreto é grande, para além de, para mim, não fazer sentido dizer o que já foi dito e de forma clara, volto a transcrever dois passos do referido texto:

Pode parecer, pelos parágrafos que precedem, que defendo uma espécie de passividade absoluta das autoridades, dos Estados e, no nosso caso, da União Europeia ou de outras instituições internacionais. Não se trata bem disso. Aquilo a que chamei a resposta das autoridades aos acontecimentos históricos, aos factos sociais e económicos e às aspirações das populações envolve já uma capacidade alargada de iniciativas e políticas. Por outro lado, ao reconhecer que as políticas de população respondem a interesses, não estou a afirmar a sua ilegitimidade. Poderei condenar, moral e politicamente, a deriva racista ou nacionalista, mas há outras dimensões que nada têm de ilegítimo. As políticas de população podem servir interesses de uma comunidade ou de um país expressos nos seus planos e projectos de desenvolvimento social, humano e económico⁷⁰.

Finalizando com um resumo, que na minha perspectiva implica a existência expressa de políticas de população, que mais não são do que uma das formas das políticas sociais, diz Barreto:

...a minha esperança ou o meu desejo é o de que as políticas sociais e económicas sejam cada vez mais demograficamente informadas, isto é, preparadas após estudo rigoroso das suas implicações demográficas. *Em poucas palavras, que a demografia influencie e condicione as políticas sociais, mas estas não pretendam influenciar a demografia*⁷¹.

70 BARRETO, 2004: 9.

71 BARRETO, 2004: 9. Itálico meu.

A uma área de Políticas de População caberá não só a avaliação das medidas e políticas que afectam as características demográficas de uma população, com critérios teóricos e empíricos de reconhecida idoneidade, como a demonstração clara e isenta do estado da população em cada momento. Em qualquer destas perspectivas a Demografia deverá estar no cerne destas problemáticas. É neste plano que situo a necessidade do aprofundamento e da afirmação de um campo de investigação em Políticas de População, que nos permita um olhar articulado e devidamente fundamentado sobre o que se passa em Portugal.

Bibliografia

- BALDI, S., CAGIANO de AZEVEDO, R., 2006 – “Éléments d'introduction aux politiques de population” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p. 171-187.
- BARRETO, António, 2004 – *Sociedade, demografia e políticas de população*, Lisboa: Conferência Inaugural do II Congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Setembro de 2004. Disponível em: <www.apdemografia.pt/plenario_antonio_barreto.pdf> [consult. Jun. 2007].
- BIROU, A., 1982 – *Dicionário de Ciências Sociais* 5ª ed. Lisboa: Ed. Dom Quixote.
- CARR-SAUNDERS, A. M., 1936 – *World population; past growth and present trends*. Oxford: Clarendon-Press.
- CHESNAIS, Jean-Claude, 1986 – *La Transition démographique. Étapes, formes, implications économiques*. Paris: PUF.
- CHESNAIS, Jean-Claude, 1995 – *Le crépuscule de l'Occident*. Paris: Ed. Robert Laffont.
- DAVIS, Kingsley, 1945 – “The World Demographic Transition” in HEER, David M., 2005 – *Kingsley Davis. A Biography and Selections from His Writings*. New Brunswick (USA)/London (UK): Transaction Publishers, p. 207-219.
- DAVIS, Kingsley, 1971 – “The nature and purpose of population policy” in DAVIS, K.; STYLES, F. (orgs.) – *California's Twenty Million, Research Contributions to Population Policy*. Berkeley: University of California, p. 3-29.
- DAVIS, Kingsley, 1990 – “Population and Resources: Fact and Interpretation”. *Population and Development Review*. Vol.16, p. 1-21.
- DEMENY, Paul, 2007 – “A clouded view of Europe's demographic future”. *Vienna Yearbook of Population Research 2007*, Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, p. 27-35.
- DEMENY, Paul, 2006a – “The Political Demography of the World System, 2000-2050”. *Working Papers*, Nº. 213. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DEMENY, Paul, 2006b – “Évolution des idées en matière de population depuis 1940” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p.55-95.
- DEMENY, Paul, 2005 – “Policy Challenges of Europe's Demographic Changes: From Past Perspectives to Future Prospects” in MACURA, Miroslav; MACDONALD, Alphonse L.; HAUG, Werner (orgs) – *The New Demographic Regime – Population Challenges and Policy Responses*. New York, Geneva: United Nations Economic Commission for Europe, p.1-9.
- DEMENY, Paul, 2003 – “Population Policy: A concise Summary”. *Working Papers*, Nº 173. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DEMENY, Paul; McNICOLL, Geoffrey, 2006 – “The Political Demography of the World System, 2000-2050”. *Working Papers*, Nº. 213. New York: Population Council, Policy Research Division.
- DIXON, M.; MARGO, J., 2006 – *Populations Politics, Publications and Reports - 22 Feb.*. UK: Institute for Public Policy Research.
- DUPRÉEL, Eugène, 1928 – *Deux essais sur le progrès*. Bruxelles: Maurice Lamertin.
- DURKEIM, Émile, 1893, 1964 – *The Social Division of Labor in Society*. New York: The Free Press.
- DYE, Thomas R., 1976 – *Policy Analysis: What Governments Do, Why They Do It and What Difference It Makes*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.
- FAUVE-CHAMOUX, A. (ed), 1985 – *Malthus hier et aujourd'hui*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- GÉRARD, H. ; WUNSCH, G., 1973 – *Comprendre la démographie*. Paris: Marabout Université.
- GIRARD, Alain, 1967 – “Démographie Sociale” in GRUVITCH, G. (dir.) – *Traité de Sociologie*, 3ª rev. Paris: PUF, vol. I.
- HAGUE, Rod; MARTIN, Harrop; SHAUN Breslin, 1993 – *Comparative Government and Politics: An Introduction*, 3ª ed. Basingstoke: MacMillan Press.
- HEER, David M., 2005 – *Kingsley Davis. A Biography and Selections from His Writings*. New Brunswick (USA)/London (UK): Transaction Publishers.
- LANDRY, Adolphe, 1934 – *La Révolution Démographique. Études et essais sur les problèmes de la population*. Paris, Librairie Sirey, (reedição Paris, INED, 1982).
- LE BRAS ; ROSIN ; ZUKER-ROUVILLOIS (orgs.), 1997 – *Démographie et Politique*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon.
- MALTHUS, Thomas, s.d. – *Ensaio sobre o Princípio da População*. Lisboa: Publ. Europa-América [1ª edição 1798].
- NAZARETH, J. Manuel, 2004 – *Demografia – A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- NOTESTEIN, F. W., 1945 – “Population, the long view” in SHULTZ (ed.) – *Food for the world*. University of Chicago Press, p. 36-57.
- NOTESTEIN, F. W., 1953 – “The Economics of population and food supplies. Economic problems of population change”. Proceeding of the 8th International Conference of agricultural economists, London, p. 13-31.
- PEREIRA, J. Esteves, 1996 – “Introdução” in *Silvestre Pinheiro Ferreira, Textos escolhidos de economia política e social (1813-1851)*, Edição organizada por José Esteves Pereira. Lisboa: Banco de Portugal, p. IX-XXXI.

- PRESSAT, Roland, 1997 – *Diccionario de Demografía*. Barcelona: OIKOS-TAU, S.A. Ediciones.
- ROWLAND, Don, 2000 – “Ageing and Population Policy” (Draft only), paper presented at the Australian Population Association Conference, 28 November – 1 December 2000. Disponível em: <http://www.apa.org.au/upload/2000-2A_Rowland.pdf>, [consult. Jan. 2008].
- SAUVY, A., s.d. – *A População*. Lisboa: Livros do Brasil. [1ª edição original da obra 1944].
- SOUSA, M. Leonor Machado de, 1979 – *Solano Constâncio*. Lisboa: Arcádia.
- THOMPSON, W.S., 1929 – “Population”. *The American Journal of Sociology*, 34, 6, p. 959-975.
- THOMPSON, W.S., 1946 – *Population and peace in the Pacific*. University of Chicago Press.
- VÉRON, Jacques, 1993 – *Arithmétique de l'Homme. La démographie entre science et politique*. Paris: Éditions du Seuil.
- VIDAL, Annie, 1994 – *La Pensée Démographique – doctrines, théories et politiques de population*. Grenoble: PUG.
- VILQUIN, Éric, 2006 – “Histoire des politiques de population jusqu'en 1940” in CASELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (org.) – *Démographie: analyse et synthèse*, vol. VII, *Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, p. 11-53.
- TAPINOS, Georges Photios, 1996 – *La Démographie*. Paris: Ed. Fallois.
- TEITELBAUM, Michael S., 2006 – “Histoire des politiques de population jusqu'en 1940” in CAZELLI, Gabriela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoires des Idées et Politiques de Population*. Paris: Editions de L'INED, vol. VII, p. 151-169.
- TEITELBAUM, Michael, 2005 – “Political Demography” in POSTON, D.; MICKLIN, M. (orgs.) – *Handbook of Demography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 719 -730.
- WEINER, Myron, 1971 – “Political Demography: An inquiry into political consequences of population change” in *Rapid Population growth: consequences and policy implications*, chapter XV, ISBN on-line 978-0-387-23106-8, Springer US.